

TV ConJur analisa os novos papéis do Ministério Público

O Ministério Público brasileiro foi a principal "invenção" da Constituição Federal de 1988. Existia antes, é claro, mas foi com esse advento que o sistema se tornou uma agência independente. A [análise](#) é do brasilianista norte-americano Albert Fishlow, que viu no redimensionamento do MP algo inédito no mundo.

ConJur

QUINTA-FEIRA
25/6 às 11h
AO VIVO

APRESENTA

Desafios Contemporâneos do Ministério Público

MARIO SARRUBBO
Procurador-Geral de Justiça de São Paulo

EDUARDO GUSSEM
Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Diretor da ESMPU, Subprocurador-Geral da República

LUIZ AUGUSTO SANTOS LIMA
Subprocurador-Geral da República

ARNALDO HOSSEPIAN
Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo e ex-conselheiro do CNJ

MEDIADOR

Consultor Jurídico
conjur.com.br

Acesse nossa página para mais informações

ConJur

O estágio atual dessa constelação de organismos será examinado nesta quinta-feira (25/6), a partir das 11h, na **TV ConJur** com protagonistas ativos do chamado *Parquet*.

Coordenada pelo ex-titular do CNJ, **Arnaldo Hossepian**, a mesa contará com o diretor da Escola do Ministério Público da União, **Paulo Gustavo Gonet Branco**; com o também subprocurador-geral da República, **Luiz Augusto Santos Lima**; e pelos procuradores-gerais de Justiça de São Paulo, **Mario Sarrubbo**, e pelo do Rio de Janeiro, **Eduardo Gussem**.

Em pauta, **Os Desafios Contemporâneos do Ministério Público**. A vertente dos novos papéis do MP, como construtor de soluções, junto ao seu papel de titular de ações penais e o redimensionamento de seus tentáculos, com a ajuda da tecnologia.

Polêmicas não faltam. O promotor de Justiça de Araguari (MG), André Luís Alves de Mello, por exemplo, quer saber a opinião dos palestrantes sobre o que ele chama de "mito da obrigatoriedade da



ação penal". Pelo levantamento do promotor, "em todos os países do mundo o MP tem autonomia mas, no Brasil, somos quem menos tem na área criminal, em razão do mito da obrigatoriedade da ação penal". Esse equívoco, assinala Alves de Mello, gera a prescrição de quase 80% das ações penais.

Outra questão candente à espera de análise é a recomendação da PGR para que os promotores do país evitem questionar medidas governamentais durante o estado de calamidade pública.

Para o apresentador do programa, **Arnaldo Hossepian**, "falar sobre Ministério Público é sempre estimulante e desafiador, pois cabe a ele corresponder aos anseios da população em ver efetivado o conceito de cidadania à luz da Constituição da República".

Clique [aqui](#) para acompanhar ou assista abaixo:

Date Created

24/06/2020